



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 203/XII/ 3.ª SL

Aos 18 dias do mês de junho de 2014, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

09:30

1. Apreciação e votação da ata n.º 202/XII, relativa à reunião de 11 de junho de 2014

2. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1043/XII/3.ª (PCP) – Em defesa dos postos de trabalho, do cumprimento dos compromissos assumidos e do desenvolvimento da atividade industrial na unidade da Kemet, em Évora.

3. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1035/XII/3.ª (BE) – Recomenda ao Governo que impeça a deslocalização de empresas que receberam apoios públicos e garanta os postos de trabalho na Kemet, Évora.

4. Outros assuntos

10:00

Audição do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, no âmbito da intenção de concessionar as empresas públicas de transporte (Requerimento do BE)

09:30

1. Apreciação e votação da ata n.º 202/XII, relativa à reunião de 11 de junho de 2014

Submetida à votação, a ata n.º 202/XII/3.ª, relativa à reunião de 11 de junho de 2014, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 203/XII/ 3.ª SL

2. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1043/XII/3.ª (PCP) – Em defesa dos postos de trabalho, do cumprimento dos compromissos assumidos e do desenvolvimento da atividade industrial na unidade da Kemet, em Évora.

Este ponto da ordem do dia foi discutido em conjunto com o ponto seguinte.

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado João Oliveira (PCP), que apresentou o Projeto de Resolução n.º 1043/XII/3.ª, tendo lembrado a génese da Kemet, em Évora, e o facto de esta empresa ter beneficiado de apoios públicos resultantes de contratos de investimento celebrados com o Estado português. Referiu também que os montantes totais dos apoios públicos bem como a sua tipologia não eram conhecidos. Conhecem-se algumas obrigações assumidas pela empresa, continuou, nomeadamente no que toca à criação de postos de trabalho, no entanto, a atuação da empresa, com utilização do *lay off*, rescisões individuais de contratos de trabalho e um anunciado processo de despedimento coletivo, que abrange todos os representantes sindicais na empresa, representantes dos trabalhadores e membros da comissão de higiene e segurança no trabalho, tem levado a uma redução do número de trabalhadores, contrariamente aos compromissos assumidos.

O Senhor Deputado expressou também preocupação com uma eventual deslocalização da restante produção da empresa, tendo em consideração o facto de parte da produção ter sido já deslocalizada para o México, com sérias consequências na qualidade dos equipamentos produzidos. Concluiu, sumarizando os termos resolutivos desta iniciativa.

De seguida, usou da palavra a Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE), para apresentar o Projeto de Resolução n.º 1035/XII/3.ª, afirmando que o orador antecedente já tinha abordado as razões de ser de ambas as iniciativas. Após fazer o enquadramento da situação que está na origem do Projeto de Resolução, referiu que esta é uma situação típica de um processo de deslocalização da empresa. Lembrou que o Estado português investiu muito dinheiro nesta empresa ao longo de uma década e tem um papel a desempenhar, tem o dever de proteger estes trabalhadores,



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 203/XII/ 3.ª SL

bem como o emprego numa zona desertificada e os seus investimentos nesta empresa.

Usaram da palavra, para participar na discussão, os Senhores Deputados Fernando Serrasqueiro (PS), Pedro Lynce (PSD) e Hélder Amaral (CDS-PP).

O Senhor Deputado Fernando Serrasqueiro (PS) referiu que o seu grupo parlamentar acompanhava as preocupações de ambas as iniciativas e entendeu pertinentes as solicitações que constam das partes dispositivas, nomeadamente a de fornecimento, por parte do Governo, dos elementos necessários para que se possa conhecer quais os investimentos realizados. Concluiu, realçando o facto de a empresa se localizar no interior do país, com forte impacto na economia regional onde se insere.

Pelo Senhor Deputado Pedro Lynce (PSD) foi afirmado que o seu grupo parlamentar conhecia bem o problema e que há cerca de três meses a Comissão de Segurança Social e Trabalho tinha recebido uma delegação de representantes dos trabalhadores e delegados sindicais da Kemet. Realçou o facto de esta empresa se situar no interior do país e de não haver informações suficientes para se puder avançar com uma declaração da natureza das que constam da parte resolutiva destes dois diplomas. Concluiu, afirmando que a finalidade dos dois proponentes não parecia ser a de querer resolver a situação mas sim meramente política e que o seu grupo parlamentar não podia, nesse momento, aprovar as resoluções com o teor que as mesmas tinham.

O Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) considerou que o assunto não era novo e que, apesar de haver partes dos Projetos de Resolução que pareciam óbvias, era necessário questionar se as duas partes que assinaram os acordos os cumpriram ou não e parecia que os mesmos tinham sido cumpridos integralmente. A questão que se poderia levantar seria a de saber se o Governo criou mecanismos para que situações destas não se verifiquem no futuro. Argumentou que, muitas vezes, nestas unidades são os próprios trabalhadores que com a sua ação proactiva contribuem para a manutenção dos postos de trabalho e não sabia se no caso presente era isso que tinha acontecido. Concluiu, concordando que se poderia solicitar ao Governo que fizesse tudo para que esta unidade de produção se mantivesse em Évora e se



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 203/XII/ 3.ª SL

solicitasse que o Governo informasse se os acordos foram integralmente cumpridos ou não. Informou ainda que o seu grupo parlamentar iria perguntar ao Governo se os contratos foram ou não cumpridos.

Para encerrar a discussão, usou da palavra o Senhor Deputado João Oliveira (PCP), para reiterar que se estava perante uma situação em que havia vários elementos que colocavam a dúvida sobre se os acordos tinham sido cumpridos ou não, desde logo, porque em 2007 a empresa tinha 664 trabalhadores e atualmente tinha 313, pelo que a obrigação de criação de postos de trabalho não estava a ser cumprida. Havia também a questão de saber qual o destino dado às verbas recebidas pela empresa no âmbito desses acordos, uma vez que se sabia que, por exemplo, as verbas transferidas para realização de formação dos trabalhadores não tinham sido utilizadas para esse fim. Argumentou ainda que os primeiros contratos de investimento assinados pelas duas empresas que deram origem à Kemet e assumidos por esta não tinham sido cumpridos porque a linha de produção que esteve na sua origem foi transferida para o México. Concluiu, afirmando que o que o seu grupo parlamentar propunha que o Governo fizesse era o mesmo que o Governo italiano fez em relação a esta mesma empresa quando, há dois anos, esta pretendia deslocalizar a unidade que tinha naquele país.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) refutou a argumentação utilizada pelos Deputados do PSD e do CDS-PP e reiterou que o que estava em causa não era uma empresa pouco produtiva ou com trabalhadores pouco eficientes mas, sim, uma empresa que despedia trabalhadores para depois deslocalizar a produção para outro país. Concluiu afirmando que não havia qualquer compromisso, por parte da maioria, de que este tipo de situações não se repetisse e que não via na parte resolutiva da iniciativa apresentada pelo seu grupo parlamentar qualquer impedimento a que a maioria votasse a favor da mesma.

**3. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1035/XII/3.ª (BE) –
Recomenda ao Governo que impeça a deslocalização de empresas que
receberam apoios públicos e garanta os postos de trabalho na Kemet,
Évora.**



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 203/XII/ 3.ª SL

Este ponto da ordem do dia foi discutido em conjunto com o ponto anterior.

4. Outros assuntos

O Senhor Presidente informou que a audição do Ministro da Economia, agendada para dia 25 de junho, tinha sido adiada, a solicitação do mesmo, para o dia 2 de julho, às 10 horas, uma vez que durante a semana seguinte estaria no país uma delegação política e empresarial alemã, que o Ministro da Economia deveria acompanhar. Deu ainda conta do agendamento da audição da Comissão de Acompanhamento da Privatização da ANA, na sequência do requerimento potestativo do PS, para o dia 9 de julho, às 10 horas.

Usou também da palavra o Senhor Deputado Luís Leite Ramos (PSD), para informar que iria apresentar uma proposta de criação de um grupo de trabalho específico para apreciar as iniciativas legislativas relacionadas com a construção.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Rui Paulo Figueiredo (PS), para concordar e propor que o grupo de trabalho abranja também as Propostas de Lei n.ºs 216/XII e 217/XII, e Bruno Dias (PCP), Mariana Mortágua (BE) e Hélder Amaral (CDS-PP), para expressar concordância com a criação do grupo de trabalho.

10:00

Audição do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, no âmbito da intenção de concessionar as empresas públicas de transporte (Requerimento do BE)

Iniciada a audição, o Senhor Presidente deu as boas ao Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações e deu-lhe de imediato a palavra para uma intervenção inicial.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 203/XII/ 3.ª SL

Na primeira ronda de perguntas, usaram da palavra os Senhores Deputados Mariana Mortágua (BE), Paulo Campos (PS), Adriano Rafael Moreira (PSD) e Carina Oliveira (PSD), Hélder Amaral (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP), tendo o Senhor Secretário de Estado respondido individualmente aos Senhores Deputados.

Na segunda ronda de perguntas foram solicitados esclarecimentos adicionais pelos Senhores Deputados Fernando Jesus (PS), Nuno Matias (PSD), Hélder Amaral (CDS-PP), Bruno Dias (PCP) e Mariana Mortágua (BE), os quais foram prestados pelo Senhor Secretário de Estado, numa resposta conjunta.

Finalmente, intervieram ainda os Senhores Deputados Paulo Campos (PS), Luis Leite Ramos (PSD), Hélder Amaral (CDS-PP), Bruno Dias (PCP) e Mariana Mortágua (BE), tendo o Senhor Secretário de Estado respondido a final.

A audição foi integralmente gravada, podendo a [gravação](#) ser acedida na página da Comissão na Internet.

A reunião foi encerrada às 13:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de junho de 2014.

O VICE- PRESIDENTE

(Fernando Serrasqueiro)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 203/XII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Ana Paula Vitorino
Bruno Dias
Carina Oliveira
Eduardo Teixeira
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Leite Ramos
Luís Vales
Mariana Mortágua
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Nuno Serra
Odete Silva
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Pinto
Rui Paulo Figueiredo
Valter Ribeiro
Afonso Oliveira
Gabriel Côrte-Real Goucha
João Oliveira
Paulo Cavaleiro
Paulo Simões Ribeiro
Pedro Lynce

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia
Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: